

Roberto Augusto — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Não
 Roberto Rollemberg — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim
 Ronaldo Carvalho — Não
 Ronaro Corrêa — Não
 Rose de Freitas — Sim
 Rubem Branquinho — Não
 Rubem Medina — Sim
 Ruben Figueiró — Sim
 Ruy Nedel — Não
 Samir Achôa — Sim
 Santinho Furtado — Não
 Sérgio Spada — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sotero Cunha — Não
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Ulysses Guimarães — Abstenção
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Não
 Victor Fontana — Não
 Wilson Souza — Sim
 Vinicius Cansanção — Não
 Virgildásio de Senna — Sim
 Virgílio Galassi — Não
 Virgílio Guimarães — Não
 Vitor Buaziz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Wagner Lago — Não
 Waldyr Pugliesi — Não
 Wilma Maia — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço aos Srs. Constituintes que estejam aqui amanhã, às 9:00h, pois começaremos a votação às 9:30h. Teremos dez emendas para votar, e é indispensável que as votemos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — No decorrer da Ordem do Dia, comparecem mais os Srs. Constituintes:
 Asdrubal Bentes — PMDB; Cristina Tavares — Jorge Leite — PMDB.
 Seção de Atas, 30 de junho de 1988.

V — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Antônio Câmara — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Perosa — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Fábio Feldmann — PMDB; Felipe Cheidde — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Gandi Jamil — PFL; Geraldo Melo — PMDB; Hilário Braun — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Herrmann Neto — PMDB; José Carlos Martínez — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira —

; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Bouchardet — PMDB; Mário Covas — PMDB; Miraldo Gomes — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Raquel Cândido — ; Raul Ferraz — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Sadie Hauache — PFL; Vieira da Silva — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para a de amanhã, dia 30, às 9:00h, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação, em primeiro turno, do Projeto de Constituição.

Encerra-se a sessão às 22 horas e 11 minutos

DISCURSO DO SR. MÁRIO COVAS PUBLICADO NO DANC DE 2-6-1988, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria uma confirmação de V. Ex^a, pois a memória me falha neste instante. Ignorava que V. Ex^a iria suspender a sessão por duas horas, por isso, não pude compulsar os Anais para confirmar. Lembro-me — não sei se foi do Título II para o Título III, ou se do Título I para o Título II — de que o término da votação do Título se deu durante uma sessão. Inclusive, levantei questão de ordem, tendo em vista o fato de que o Regimento previa que, ao início de cada Título, as Lideranças podiam falar. E V. Ex^a imediatamente iniciou a votação do título seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Assegurarei, na abertura dos nossos trabalhos, seja facultada a palavra aos Líderes que quiserem falar.

O SR. MÁRIO COVAS — Não é esse o problema. Sei que V. Ex^a assegurará a palavra aos Líderes, mas não estou interessado em falar. Não é isso. Parece-me que já aconteceu fato idêntico a este e o procedimento foi diferente. É evidente que, se eu me detiver a procurar, e encontrar só poderei anunciá-lo daqui a duas horas, quando o tempo de intervalo já terá transcorrido. Quase posso assegurar a V. Ex^a — e esta a razão da minha questão de ordem — que a passagem do Título I para o Título II se deu no meio de uma sessão. V. Ex^a não fez intervalo algum entre uma coisa e outra.

É a pergunta que queria fazer

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O que posso dizer a V. Ex^a é que o texto é expresso, assegurando a quem queira...

O SR. MÁRIO COVAS — Não. No texto não está expresso que a sessão deva ser suspensa. No texto está expresso que as preferências devem ser apresentadas duas horas antes da votação. Não está expresso que se deva suspender a Sessão. Só está expresso que deve ser apresentado duas horas antes. Qualquer assunto que fosse apresentado ontem, quando todos nos sabíamos que o "Centrão" queria votar hoje, estaria dentro das duas horas.

Mas não quero contestar V. Ex^a. Vou consultar os Anais e certamente, ao reinício da sessão, ten-

tarei demonstrar a V. Ex^a que já passamos de um título para outro sem nenhuma interrupção na votação.

DISCURSO DO SR. MÁRIO COVAS, PUBLICADO NO DANC DE 2-6-1988, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, há alguns minutos, via naquela tribuna, encantando com a sua palavra, o Líder do PDC, Constituinte Mauro Borges; e veio à minha lembrança — como certamente à de outros que aqui estão hoje entre os mais velhos, como eu — uma tarde de domingo, por volta de 1965, quando esta Casa se reunia para julgar pedido de intervenção no Estado de Goiás, do qual S. Ex^a era Governador.

Lembro-me de que, à época, era líder de uma pequena bancada, a bancada de um partido chamado Partido Social Trabalhista, que possuía apenas quatro Deputados.

Lembro-me de que, naquele dia de domingo, naquela tarde ensolarada, em que uma violência adicional se somava às milhares que se abatiam sobre o País, na qualidade de Líder, vim a esta tribuna e numa síntese muito rápida, procurei externar o que aquela pequena bancada queria dizer.

Lembro-me de ter dito que um Deputado vota tradicionalmente atendendo a três imperativos: ao do povo, que é dono do seu mandato; ao do partido a que pertence, que é o instrumento da sua presença nesta Casa; e ao da sua consciência, que é o norte definitivo de cada ato.

Sr. Presidente, ao longo da discussão desta Constituinte, alguns fatos ocorreram. Depois de uma mudança regimental — e ninguém como eu a combateu — no primeiro instante em que os que a produziram foram convocados a exibir sua maioria, ou seja, no Preambulo mesmo, mostraram-se incapazes de fazê-lo. A partir daí, e só por causa disso, passou-se a negociar em cada instante, de tal maneira que votássemos sempre como preâmbulo de cada capítulo e de cada título o texto do "Centrão", antecedido de uma negociação prévia, que pudesse satisfazer razoavelmente às expectativas de cada setor. Houve apenas três instantes em que isso não ocorreu um dos quais aquele em que se votou o regime de propriedade. Até hoje não acredito quando me lembro de que meu companheiro, meu amigo, o Líder do PFL, referiu-se àquele instante da seguinte maneira: "Acordo no raio que os parta"!

Havia uma provável maioria e, na existência da maioria provável, o acordo já não era mais necessário. Posteriormente, voltou-se a não fazer acordo, já então não em virtude de razões internas, mas porque alguém, situado fora do âmbito da Constituinte, impediu fosse feito no capítulo da reforma agrária. (Palmas)

Hoje, Sr. Presidente, pela vez terceira, iniciamos a votação de um título inteiro das Disposições Transitórias, novamente sem uma negociação prévia. Por quê? Porque há novamente a presunção declarada, sustentada, repetida, reiterada, reafirmada nos jornais de que existe, maioria e, portanto, não há nenhuma necessidade de se negociar.

Sempre tive para mim Sr. Presidente, que é muito fácil falar em democracia, fazer democra-

cia, reivindicar democracia quando se é minoria. O difícil, em política, quando se é maioria, é respeitar o direito das minorias (Palmas.) O difícil, em política, a cada instante, sobretudo quando se é quantitativamente maior, é ser capaz de humildade, de dialogar, de conceder e buscar a síntese.

Sr. Presidente, hoje vamos votar o Capítulo das Disposições Transitórias, o texto básico do "Centrão". Evidentemente, a peça de resistência, aquela que motiva — e o futuro mostrará isso — que traz quase todos os Constituintes a esta Casa é o mandato do atual Presidente. Mas não é menos verdade que esse capítulo tem sessenta e poucos artigos. Pois, em nome de alguns desses artigos, sem que me refira inicialmente ao mandato, pedirei a V. Exª que não votem o texto do "Centrão".

Quem quiser atente para o que diz o art. 29, que, de forma responsável, na Comissão de Sistematização, fazia transferência de encargos aos Estados e Municípios, eles próprios donos de uma transferência de renda pelo sistema tributário adotado nessa Constituição, e que, no texto do "Centrão", foi pura e simplesmente suprimido.

Quem quiser ir adiante, que vá ao art. 58. Verá que o seguro-desemprego, anteriormente, no texto da Comissão de Sistematização, era todo ele financiado, e o Pis-Pasep destinado exclusivamente a isso; no texto do "Centrão", o mesmo Pis-Pasep é dividido para outras finalidades, de tal maneira a minimizar o seguro-desemprego.

Se isso não basta, caminhemos até o art. 63, o qual, na Comissão de Sistematização, vedava à União, na hipótese de se criar qualquer novo Estado, responder pelas dívidas da criação desse Estado. No texto do "Centrão", esse artigo foi pura e simplesmente suprimido. Se isso não serve, caminhemos para a tentativa de corporativização desse texto, caminhemos para o texto dos arts. 66 e 67, onde se igualam delegados a membros do Ministério Público, onde, afinal, se atende a uma série de reivindicações de natureza corporativa.

Não é apenas por isso que estou aqui, mas, também, por uma razão, e ela está lá na origem, naquele mesmo dia de domingo, quando se investia contra o mandato de um Governador eleito pelo povo.

Estou aqui em nome da minha consciência, do meu partido e do povo que me fez mandatário, enquanto Senador e Constituinte. Estou aqui, também para falar deste mandato e para dizer que, em nome disso tudo, esse texto deve ser rejeitado, porque, simplesmente, desconheceu, ao contrário do texto da Comissão de Sistematização, que o mandato do atual Presidente da República deve ser de quatro anos (Palmas.)

Outro dia discutia com um Constituinte na televisão, e ao me referir ao fato de que no dia em que o Presidente José Sarney encaminhou a esta Casa a Mensagem pelas eleições diretas e da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, S. Exª repetiu três vezes, como Pedro, que cabia a esta Assembléia fixar o período do seu mandato, mas que a sua vontade pessoal era que fosse de quatro anos. Por três vezes, S. Exª repetiu isso. E ao comentar esse fato, recebi do meu interlocutor a seguinte afirmativa: "isso só tem valor como registro histórico".

Pois é em nome daquela consciência, daquele mesmo povo e deste partido que tem história, que, para mim, palavra de Presidente da República

tem mais valor do que um mero registro histórico. Chegamos — é preciso que se diga, e pela primeira vez eu faço, porque nunca precisei sustentar essa tese, entrando em julgamento o Governo — a uma deterioração inaceitável.

Vejo um funcionário do Governo — nada além de funcionário do Governo — ter o desprazer de afirmar que uma CPI da corrupção feita no Senado é inconstitucional. Em qualquer país sério do mundo, inconstitucional é corrupção e não querer apurá-la! (Palmas.)

Vejo um Governo cuja única preocupação reiterada e afirmada é com a dimensão do seu mandato. Certamente, hoje, seja qual for o resultado, teremos um Governo que continuará a fazer, nada, mas certamente será um Governo despreocupado, a preocupação terá desaparecido.

Não, Sr. Presidente, temos que sustentar que chegamos a um limite que compensa até esperar, que se passe da hora. Chegamos a um limite de ler num jornal responsável o seguinte, apenas não citarei os nomes. É um Secretário de Estado que fala. "O Governador já se definiu pelos cinco anos, o problema é que a Secretaria não está definindo as coisas para que o Ministro Mailson da Nóbrega possa atender". E a declaração vai entre aspas, Sr. Presidente.

Chegamos ao limite de tratar este assunto de uma forma que ultrapassa as balizas da seriedade e da compostura. Chegamos a limite de não dar valor aquilo pelo que aqui estamos representando. (Apupos no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O orador está dentro do seu tempo. S. Exª tem 12 minutos, pelo Regimento. Peço a atenção da Casa, pois descontarei o tempo da interrupção no discurso do orador.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, ainda disponho de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª dispõe de 2 minutos.

O SR. MÁRIO COVAS — Muito obrigado. Quando estava na Escola Politécnica, um dia assisti a uma assembléia, em que o orador estava falando e havia um grupinho que fazia questão de uivar, enquanto ele falava. (Palmas.) E alguém pertencente a este grupo, em determinado instante, dirigiu-se ao orador e disse: "Você tem medo de gritar e fica aí falando." E o orador respondeu: "E vocês têm medo de falar e ficam aí gritando" (Palmas.)

Sr. Presidente, só temo em falar por uma razão. Vi a imprensa, nos últimos dias, teimar em dizer que aqueles que são quatroanistas tinham jogado a toalha.

Sr. Presidente, V. Exª sabe que mantivemos um tempo em que o exercício de um mandato justificava-se se uma única tortura fosse evitada pelo exercício daquele mandato. E se tenho algum acervo político a sustentar, ele decorre não da minha ação pessoal, mas daquilo que aprendi nesta Casa pelos seus erros, mas também pelos seus acertos, pela sua boa conduta e pelos seus exageros.

Por isso é que vim a esta Tribuna, porque já chego a me perguntar — e isto é paradoxal — se a violência explícita que vi ontem talvez não seja menos condenável do que o aliciamento torpe. Venho, porque hoje, como ontem, lá atrás,

quando alguém queria cassar o mandato de um Governador eleito pelo povo, aqui vim com a mesma ênfase e com trinta anos menos do que hoje, para dizer que o fazia em nome da minha consciência. É em nome disso que peço ao meu Partido que vote "não" ao texto do "Centrão". (Palmas.)

DISCURSO DO SR. MÁRIO COVAS, PUBLICADO NO DANC DE 4-6-1988, QUE SE REPÚBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes quero fazer uma preliminar. Há **quorum** hoje? Já houve alguma verificação de **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Mesa abriu os trabalhos, baseada no art. 39 do Regimento Interno, e, no momento da abertura, a lista de presença registrava 188 Srs. Constituintes na Casa.

A Presidência deu por abertos os trabalhos e concedeu a palavra aos Srs. Constituintes presentes que dela quisessem fazer uso, aguardando o **quorum** necessário para o prosseguimento dos nossos trabalhos. Conseqüentemente ao aguardar condição regimental para a Ordem do Dia, estamos ouvindo os Srs. Constituintes.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, não há nenhuma censura na pergunta. É apenas uma indagação, e uma indagação que agora me vou permitir fazer com medo de correr o risco de amanhã, novamente publicarem que eu fiz obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Mesa é testemunha da assiduidade de V. Exª

O SR. MÁRIO COVAS — Esta não é a razão da minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente. Pretendia fazer esta comunicação na presença do Presidente do meu Partido a presidir os trabalhos. Mas S. Exª não está aqui presente, e eu tenho a obrigação de fazer isto hoje, e não apenas porque ontem foi votado o mandato do Presidente Sarney, é porque estamos vivendo um momento tenso em que sou permanentemente convocado, em razão da função que ocupo, a dar entrevistas à imprensa e a responder ao mesmo tipo de perguntas. Por outro lado, um grupo de companheiros da melhor envergadura, do meu partido, há algum tempo convocou-me para uma reunião, à qual evitei comparecer porque sabia que, estando nela presente, não abdicaria de dizer certas coisas que penso, e, evidentemente, ao fazê-lo na frente de muita gente, elas acabariam tornando-se públicas. E, até em função da posição que ocupava, considerarei que não deveria torná-las públicas ainda. Todavia, os fatos se precipitam e, como venho sendo sucessivamente convocado a me pronunciar sobre eles, não quero que o tempo passe sem antes deixar claro o que passo a dizer.

Sr. Presidente, numa homenagem não apenas justa, mas absolutamente obrigatória do ponto de vista ético para com a minha bancada, declaro que é decisão tomada por este Parlamentar deixar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro